

Câmara Municipal de Claro dos Poções



**REGIMENTO
INTERNO
DO MUNICÍPIO
CLARO DOS
POÇÕES**

*CLARO DOS POÇÕES – MINAS GERAIS
2024*

RESOLUÇÃO Nº 03/2024

REGIMENTO INTERNO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Legislatura 2021/2024

VEREADORES

- 1) ROGÉRIO GONÇALVES DA SILVA**
- 2) WANDERLEI ALVES DA SILVA**
- 3) RAIMUNDO FONSECA JUNIOR**
- 4) PEDRO PAULO VIEIRA**
- 5) ROSANGELA CRISTINA DE SOUZA**
- 6) AROLDO SABINO SOARES**
- 7) ROSELENA CARDOSO FONSECA SOARES**
- 8) MANOEL ANELITO FONSECA**
- 9) EMERSON GONÇALVES DE SOUZA**

MESA DIRETORA DA CÂMARA

PRESIDENTE: PEDRO PAULO VIEIRA

VICE PRESIDENTE: ROSANGELA CRISTINA DE SOUZA

**SECRETÁRIO: ROSELENA CARDOSO FONSECA
SOARES**

Sumário

Título I.....	8
DA CÂMARA MUNICIPAL	8
Capítulo I.....	8
Das Funções da Câmara	8
Capítulo II.....	9
Da Sede da Câmara	9
Capítulo III.....	10
Da Instalação da Câmara	10
Título II.....	12
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	12
Capítulo I.....	13
Da Mesa da Câmara	13
Capítulo II.....	26
Do Plenário	26
Capítulo III.....	29
Das Comissões	29
Título III	40
DOS VEREADORES.....	40
Capítulo I.....	40
Do Exercício da Vereança	40
Capítulo II.....	43
Da Interrupção e da Suspensão do	43
Exercício da Vereança e das Vagas.....	43

Capítulo III.....	46
Da Liderança Parlamentar	46
Capítulo IV	48
Das Vedações, da Extinção e da Perda do Mandato dos Vereadores	48
Capítulo V.....	50
Dos subsídios dos Agentes Políticos	50
Título IV	51
DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO.....	51
Capitulo I.....	51
Das Modalidades de Proposição e de sua Forma	51
Capítulo II.....	53
Das Proposições em Espécie.....	53
Capítulo III.....	58
Da Apresentação e da Retirada da Proposição.....	58
Capítulo IV	61
Da Tramitação das Proposições	61
Título V	65
DAS SESSÕES DA CÂMARA.....	65
Capítulo I.....	65
Das Sessões em Geral.....	65
Capítulo II.....	70
Das Sessões Ordinárias.....	70
Capitulo III.....	75
Das Sessões Extraordinárias.....	75

Capítulo IV	76
Das Sessões Solenes	76
Título VI.....	77
DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES.....	77
Capitulo I.....	77
Das Discussões.....	77
Capítulo III.....	87
Da Concessão de Palavra aos Cidadãos em Sessões e Comissões	87
Título VII.....	88
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES	88
Capítulo I.....	89
Da Elaboração Legislativa Especial	89
Capítulo II.....	91
Dos procedimentos de Controle	91
Título VIII.....	96
DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL	96
Capitulo I.....	96
Das Questões de Ordem e dos Precedentes	96
Capítulo II.....	97
Da Divulgação do Regimento e de Sua Reforma.....	97
Título IX.....	98
DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA98	
Título X	100

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	100
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES.....	102

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 03/2024

“Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de CLARO DOS POÇÕES em substituição a Resolução Legislativa nº 012/2013

Os Vereadores da Câmara Municipal de CLARO DOS POÇÕES, em Sessão Plenária aprovaram e a Mesa Diretora, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, promulga a seguinte Resolução Legislativa:

Título I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I

Das Funções da Câmara

Art. 1º- O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal composta pelo número de nove (09) vereadores determinados pela Justiça Eleitoral, que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamentos político administrativos, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º- As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração na elaboração de Emendas à Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

Art. 3º- As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º- As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas

da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas saneadoras que se fizerem necessárias.

Art. 5º- As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.

Art. 6º- A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental das suas atividades e da estruturação e administração de seus serviços auxiliares.

Capítulo II

Da Sede da Câmara

Art. 7º- A Câmara Municipal de Claros dos Poções tem sua sede na Rua Vereador Geraldo Mangabeiras, nº 65, Centro na sede do Município.

Art. 8º - No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária ideológica, religiosa ou de promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza, exceto galeria de fotos de ex-presidentes.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira da Nação, do Estado ou do Município, na forma de legislação aplicável, bem como de

obra artística de autor consagrado e de placas alusivas a fatos e comemorações da própria Câmara.

Art. 9º - Somente por deliberação do Plenário e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade específica.

§ 1º- Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria de seus membros, pode a câmara municipal reunir-se temporariamente em qualquer parte do território do município.

§ 2º- Quando de reuniões solenes ou especiais, o local não comportar as pessoas que desejarem assisti-las, elas poderão ser realizadas em local diverso, a requerimento de qualquer Vereador, devidamente aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara.

Capítulo III

Da Instalação da Câmara

Art. 10º - A Câmara Municipal, a cada legislatura, instalar-se-á em sessão solene especial para empossar os seus Vereadores e dar posse ao Prefeito e Vice-prefeito no dia Primeiro de Janeiro como o do início da legislatura, quando será presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes que por sua vez indicará outro vereador para secretariá-lo.

§1º- A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se à sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 3 (três) Vereadores e se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se

refere o art. 13; a partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

§ 2º - O Vereador mais votado entre os presentes exercerá a Presidência até que se eleja a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 11 – Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 10, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio pelo Vereador Secretário ad hoc indicado por aquele, e após haverem todos manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula: ***“Prometo cumprir a Constituição Federal a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo.”***

Art. 12 – Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretário *ad hoc* fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará: **“Assim o prometo”**, assinando em seguida, a ata.

Parágrafo Único: O Vereador não poderá, no ato da posse, apresentar declaração oral ou escrita, ou ser representado por procurador.

Art. 13 – O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 11 deverá fazê-la no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente utilizando a formula do art.11.

Art. 14 – Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio e resumidas em ata.

Art. 15 – Cumprido o disposto no art. 14, o Presidente provisório facultará a palavra por 5 (cinco) minutos a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art. 16 – Seguir-se-ão às votações para a eleição da Mesa Diretora, nos termos do art. 21, somente podendo votar ou serem votados os Vereadores empossados.

Art. 17 – O Vereador que não se empossar no prazo previsto no art. 13 não mais poderá fazê-lo aplicando-se-lhe o disposto no art. 92

Art. 18 – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização o que se dará impreterivelmente no prazo a que se refere o art. 13.

Título II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Formação da Mesa e de suas Modificações

Art. 19 – A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, com mandato de 2 (dois) ano não podendo qualquer membro da Mesa ser reeleito para o mesmo cargo na mesma legislatura.

§ 1º - Haverá um suplente de Secretário, que somente se considerará integrante da Mesa quando em efetivo exercício.

§ 2º - Não se considera reeleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes ainda que sucessivas.

Art. 20 – Após a diplomação dos vereadores eleitos, o prazo para a apresentação do requerimento de inscrição dos vereadores candidatos à eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da diplomação.

Art. 21 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais votado entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador mais votado nas eleições municipais, entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos na mesma sessão da votação entrando no exercício do cargo em 1º de janeiro subsequente.

§ 3º - A eleição dos Membros da Mesa Diretora far-se-á mediante voto nominal secreto, assegurando-se o direito de voto, inclusive aos candidatos aos cargos da mesma.

§ 4º - Para a votação será utilizada cédula única de papel, rubricada pelo Presidente e pelo Secretário, ou sistema informatizado.

§ 5º - Na eleição prevista no § 2º deste artigo, as Chapas concorrentes deverão ser apresentadas 30 (trinta) dias antes da sessão ordinária em que se processará a eleição e na forma prevista pelo “*caput*” deste artigo, serão as chapas apresentadas imediatamente após a posse obedecidas as condições ali prescritas.

§ 6º - Será considerada eleita a Chapa que, em primeiro escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos.

I- Havendo empate na eleição da Mesa Di-retora, far-se-ão dois outros escrutínios.

II- Persistindo o empate será considerada eleita a chapa cujo Presidente tenha sido o mais votado nas eleições.

Art. 22 – Para as eleições a que se refere o *caput* do art. 21 poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares ainda que tenham participado da Mesa da legislatura precedente.

Art. 23 – O suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo

de outro modo.

Art. 24 – Na hipótese da instalação presumida da Câmara a que se refere o paragrafo único do art.10, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara com todas as prerrogativas legais cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto nos arts. 91 e 93 e marcar a eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art. 25 – Em caso de empate entre as chapas apresentadas nas eleições da Mesa Diretora, a chapa concorrente cujo candidato a Presidente for o mais idoso, será proclamada vencedora.

Art. 26 – A chapa eleita para a Mesa será empossada em seguida a eleição, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, e os novos membros entrarão em exercício, a partir de 1º de Janeiro subsequente.

Parágrafo Único: A eleição da mesa da Câmara será comunicada as autoridades federais, estaduais, municipais e de outros Municípios do Estado.

Art. 27 – Somente se modificará a composição permanente, da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Parágrafo Único: Se a vaga for do cargo de Secretário, assumi-lo-á respectivo suplente, conforme prevê o § 1º do art 19.

Art. 28 – Considerar-se-à vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I. extinguir-se mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;
- II. licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- III. houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular;
- IV. for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 29 – A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificação escrita apresentada no Plenário.

Art. 30 – A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos dependendo de deliberação do Plenário pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, acolhendo a representação de qualquer Vereador, nos termos do art 239 e §§.

Art. 31 – Para o preenchimento do cargo vago na Mesa haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte aquela na qual se verificar a vaga observado o disposto nos arts. 21 a 24.

Seção II

Da Competência da Mesa

Art. 32 – A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 33 – Compete à Mesa da Câmara privativamente em colegiado:

- I.** propor ao Plenário, projetos de resoluções que criem transformem a extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal bem como as leis que fixem as correspondentes remunerações iniciais;
- II.** propor as leis que fixem ou atualizem os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;
- III.** propor as resoluções e os decretos legislativos concessivos de licenças e afastamentos ao Prefeito e aos Vereadores;
- IV.** elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 31 de Agosto após a aprovação pelo Plenário a proposta parcial do orçamento da Câmara para ser incluída na proposta geral do Município prevalecendo na hipótese da não aprovação pelo Plenário a proposta elaborada pela Mesa;
- V.** enviar ao Prefeito Municipal até o primeiro dia de março de cada ano as contas do exercício anterior;
- VI.** declarar a perda de mandato de Vereador de ofício ou por provação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal assegurada ampla defesa;
- VII.** organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara;
- VIII.** proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;
- IX.** deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias na Câmara;
- X.** receber ou recusar as proposições apresentadas

sem observância das disposições regimentais;

XI. assinar, por todos os seus membros as resoluções e os decretos legislativos;

XII. autografar os projetos de leis aprovados para a sua remessa ao Executivo;

XIII. deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV. determinar no início da legislativa o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior nos termos do art. 134.

Art. 34 – Os casos omissos nesse Regimento será decidido pela Mesa Diretora por maioria de seus membros.

Art. 35 – O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições pelo Secretário assim como este pelo suplente.

Art. 36 – Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa assumirá a Presidência o suplente de Secretário e se também não houver comparecido, fa-lo-á o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário *ad hoc*.

Art. 37 – A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que por sua especial relevância demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

Seção III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Art. 38 – O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 39 – Compete ao Presidente da Câmara:

- I. representar a Câmara Municipal inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário sobre assuntos pertinentes à Câmara no curso de feitos judiciais;
- II. representar em nome da Câmara junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;
- III. dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- IV. interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;
- V. promulgar as resoluções e os decretos legislativos bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- VI. fazer publicar os atos da Mesa bem como as resoluções os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- VII. apresentar ao Plenário até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;
- VIII. requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

- IX.** exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- X.** designar comissões especiais nos termos deste Regimento Interno, observadas as indicações partidárias;
- XI.** mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- XII.** realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XIII.** administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;
- XIV.** representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;
- XV.** credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- XVI.** fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;
- XVII.** conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados;
- XVIII.** requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;
- XIX.** empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o plenário;
- XX.** declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereador nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial em face de deliberação

do Plenário e expedir Decreto Legislativo de perda do mandato;

- XXI.** convocar suplente de Vereador, quando for o caso, nos termos do art. 95;
- XXII.** declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos nos arts. 30 e 63 deste Regimento;
- XXIII.** designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos, nos termos do art. 59 e preencher vagas nas Comissões Permanentes;
- XXIV.** convocar verbalmente os membros da Mesa para as reuniões previstas no art.37 deste Regimento;
- XXV.** dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral em conformidade com as normas legais e deste Regimento praticando todos os atos que explicita ou implicitamente não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados e em especial exercendo as seguintes atribuições:
 - a)** convocar sessões extraordinárias da Câmara e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa inclusive no recesso;
 - b)** superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
 - c)** abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las quando necessários;
 - d)** determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade

do expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia e o tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;

f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) resolver as questões de ordem;

h) interpretar este Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador nos termos do art.243, § 2º;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação de quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

k) encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando lhes o prazo, e esgotado este sem pronunciamento, nomear relator ad hoc nos casos previstos neste Regimento;

XXVI. praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de propostas legislativas fazendo-as protocolizar;

b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de leis aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa aprovados bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;

d) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

XXVII. ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar nominativos ou ordem de pagamento juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXVIII. determinar licitação para contratação administrativa de competência da Câmara, quando exigível;

XXIX. apresentar ao Plenário, mensalmente o balancete da Câmara do mês anterior;

XXX. administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXXI. mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXXII. exercer atos de poder de política em qualquer matéria relacionada com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXIII. dar provimento ao recurso de que trata o art. 55 § 1º, deste Regimento;

XXXIV. fazer publicar, ao final de cada quadrimestre Relatório de Gestão Fiscal, na forma da legislação pertinente.

Art. 40 – O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 41 – O Presidente da câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 42 – O Presidente da Câmara, somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quórum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate em votação por maioria simples ou absoluta; de eleição e de destituição de membros da Mesa e, em outros previstos em lei.

Parágrafo Único: O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 43 – Compete ao Vice-Presidente da Câmara:

- I. substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
- II. promulgar e fazer publicar obrigatoriamente as resoluções e os decretos legislativos sempre que o

Presidente ainda que se ache em exercício deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III. promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Art.44 – Compete ao Secretário:

- I. organizar o expediente e a ordem do dia;
- II. fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente anotando os comparecimentos e as ausências;
- III. ler a ata as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da Casa;
- IV. fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
- V. redigir as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;
- VI. gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores;
- VII. substituir os demais membros da Mesa quando necessário;
- VIII. coadjuvar o Presidente na direção dos serviços auxiliares da câmara;
- IX. registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno para a solução de casos futuros;
- X. manter, à disposição do plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente;

- XI.** manter, em cofre fechado, as atas lacradas de sessões secretas;
- XII.** assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o Presidente, desde que não tenha nomeação, feita através de Portaria de funcionário efetivo, encarregado pelo movimento financeiro.

Capítulo II Do Plenário

Art. 45 – O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício em local, forma e quórum legais para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º - A forma legal para deliberar è a sessão.

§ 3º - Quórum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º - Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º - Não integra o Plenário o Presidente da Câmara quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 46 – São atribuições do Plenário, entre outras as seguintes:

- I.** elaborar as leis municipais sobre matérias da competência do Município;
- II.** discutir e votar o orçamento anual, a plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

- III.** apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
- IV.** autorizar, sob a forma de lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:
 - a)** abertura de créditos adicionais;
 - b)** operações de créditos;
 - c)** aquisição onerosa de bens imóveis;
 - d)** alienação e oneração real de bens imóveis municipais;
 - e)** concessão e permissão de serviço público;
 - f)** concessão de direito real de uso de bens municipais;
 - g)** participação em consórcios intermunicipais;
 - h)** alteração ou indicação de denominação de próprios vias e logradouros públicos;
- V.** expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa notadamente nos casos de:
 - a)** perda do mandato de Vereador;
 - b)** aprovação ou rejeição das contas do Município;
 - c)** concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;
 - d)** consentimento para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;
 - e)** atribuição de título de cidadão honorário e/ou Honra ao Mérito a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços à comunidade;
 - f)** fixação ou atualização do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
 - g)** regulamentação das eleições dos conselheiros distritais;
 - h)** delegação ao Prefeito para a elaboração legislativa;
- VI.** expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes:

- a) alteração deste Regimento Interno;
- b) destituição de membros da Mesa;
- c) concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em lei;
- d) julgamento de recursos de sua competência nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento;
- e) constituição de Comissões Especiais;
- f) fixação ou atualização do subsídio dos Vereadores;
- VII. processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;
- VIII. solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quando delas careça;
- IX. convocar os auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara sempre que assim o exigir o interesse público nos termos dos arts. 231 a 235;
- X. eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;
- XI. autorizar a transmissão por rádio ou televisão ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;
- XII. dispor sobre a realização de sessões sigilosas nos casos concretos nos termos do art. 155;
- XIII. autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos à sua finalidade, quando for do interesse público;
- XIV. propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

Capítulo III Das Comissões

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 47 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições definidas neste Regimento, ou no ato de que resultar a sua criação.

Parágrafo Único: Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

Art. 48 – As comissões da Câmara Municipal são:

- I. Permanentes, as que subsistem através das legislaturas;
- II. Temporárias, as que se extinguem quando atingido o fim para qual foram criadas.

Art. 49 – Os membros efetivos e suplentes das comissões são nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, por indicação dos líderes de partidos políticos ou bancadas.

§1º - Haverá tantos suplentes quantos forem os membros efetivos das comissões permanentes.

§2º - O suplente substituirá o membro efetivo de seu partido em suas faltas e impedimentos.

§3º - As Comissões da Câmara Municipal serão constituídas de 03 (três) membros:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;

III. Relator.

Art. 50 – As comissões logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos ocupantes dos respectivos cargos e deliberar sobre os dias de reunião e ordem dos trabalhos, deliberações essas que serão consignadas em livro próprio.

Art. 51 – Nos casos de vaga, licença ou impedimento, dos membros da comissão caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto escolhido, sempre que possível dentro da mesma legenda partidária.

Seção II

Das Comissões Permanentes e Sua Competência

Art. 52 – Durante a sessão legislativa, funcionarão as seguintes comissões permanentes:

- I.** Legislação, Justiça e Redação;
- II.** Serviços Públicos e Administração Municipal;
- III.** Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas.
- IV.** Participação Popular e Direitos Humanos.

Art. 53 – A nomeação dos membros das comissões permanentes far-se-á no prazo de cinco dias, a contar da instalação da sessão legislativa, sendo feita pelo Presidente da Câmara, a título precário, a dos representantes das bancadas que não se houverem manifestado dentro do prazo.

Art. 54 – Será permitido ao vereador participar de até duas comissões, como membro efetivo.

Art. 55 – As comissões permanentes tem por objetivo estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos a seu exame.

Art. 56 – Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, manifestar-se sobre os assuntos, quanto aos seus aspectos legais e jurídicos e, especialmente, sobre representação, visando à perda de mandato e recursos às questões de ordem; além de elaborar a redação final dos textos dos trabalhos legislativos.

Art. 57 – Compete à Comissão de Serviços Públicos e Administração Municipal, manifestar-se sobre os assuntos de saúde, saneamento e higiene, assistência social e previdência, obras públicas, educação, cultura e esporte, inclusive sobre assuntos atinentes ao funcionalismo municipal.

Parágrafo Único: Compete-lhe, ainda a fiscalização do funcionalismo dos servidores públicos municipais e da construção de obras públicas.

Art. 58 – Compete à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito.

Art. 59 – Compete à Comissão de Participação Popular e Direitos Humanos:

- I. Estimular e garantir a participação popular, bem como receber de associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, com sede no município, exceto partidos políticos, as proposições de iniciativa popular;

- II. Promover iniciativas e campanhas sobre direitos humanos, tomar conhecimento a qualquer notícia ou comunicação sobre violação dos direitos humanos e adotar as providências cabíveis, tanto com relação à apuração dos fatos quanto através de encaminhamentos as autoridades competentes.

Seção III

Das Comissões Temporárias e Sua Competência

Art. 60 – Além das comissões permanentes, por deliberação da Câmara, podem ser constituídas comissões temporárias, com finalidade específica e duração pré-determinada.

Parágrafo Único: Os membros das comissões temporárias elegerão seu presidente, cabendo a este solicitar prorrogação de prazo de duração, se necessário, à complementação do seu objetivo.

Art. 61 – As comissões temporárias são:

- I. Especiais;
- II. De inquérito;
- III. De representação.

Art. 62 – As comissões especiais são constituídas para dar parecer sobre:

- I. Veto à proposição de lei;
- II. Decreto concedendo título de cidadania honorária e diplomas de honra ao mérito desportivo;
- III. Matéria que, por sua abrangência, relevância ou urgência, deve ser apreciada por uma só comissão;
- IV. Processo de perda de mandato de Prefeito e Vereador;

V. Emenda à Lei Orgânica.

Parágrafo Único: As comissões especiais são constituídas também para tomar as contas do Prefeito quando não apresentadas em tempo hábil, e para examinar qualquer assunto de relevante interesse.

Art. 63 – As comissões de inquérito, que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º- A comissão de inquérito funcionará na sede da Câmara Municipal, adotando, nos seus trabalhos, as normas constantes da legislação Federal específica.

§ 2º- Fica estabelecido o limite de cinco comissões de inquérito em funcionamento simultâneo, salvo deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 64 – As comissões de representação têm por finalidade estar presentes a atos, em nome da Câmara, bem como desincumbir-se de missão que lhes for atribuída pelo Plenário.

Seção IV
Das Vagas das Comissões

Art. 65 – Haverá, na comissão, com a renúncia ou morte do vereador:

§ 1º- A renúncia de membro de comissão é ato perfeito e acabado com a apresentação da comunicação que a formalize, ao Presidente da comissão, ou da Câmara, se este for o renunciante.

§ 2º- O Presidente da Câmara Municipal, por indicação do líder do partido político ou da bancada nomeará novo membro para a comissão.

Seção V **Dos Presidentes das Comissões**

Art. 66 – Nos três dias seguintes à sua constituição reunir-se-á a comissão sob presidência do mais idoso dos membros, na sede da Câmara Municipal, para eleger o Presidente, vice-presidente e relator, escolhidos entre os membros efetivos.

Art. 67 – Aos Presidentes das comissões compete desempenho, no que couber, as mesmas funções do presidente da Câmara Municipal, em especial:

- I. Convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso afixado no recinto da Câmara;
- II. Presidir as reuniões da comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III. Receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;
- IV. Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
- V. Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

- VI.** Conceder visto de matéria, por 03 (três) dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência;
- VII.** Avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo.

§ 1º- O Presidente poderá funcionar como relator e terá sempre direito a voto.

§ 2º- Dos atos do presidente cabe a qualquer membro da comissão o recurso ao plenário.

§ 3º- Dos atos dos Presidentes das comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 03 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art. 68 – O Presidente pode funcionar como relator e tem voto nas deliberações da comissão pelo voto de qualidade.

§ 1º- Em caso de empate, repete-se a votação e, persistindo o resultado, o presidente decide pelo voto de qualidade.

§ 2º- O autor da proposição não pode ser designado seu relator, emitir voto nem presidir a comissão, quando da discussão da matéria, sendo substituído pelo suplente.

Seção VI

Do Parecer e Voto dos Membros das Comissões

Art. 69 – Parecer é o pronunciamento da comissão sobre matéria sujeita ao seu estudo.

§1º- O parecer, escrito em termos explícitos, deve concluir pela aprovação ou rejeição da matéria.

§ 2º- O parecer pode, excepcionalmente, ser oral.

Art. 70 – O parecer das comissões versa exclusivamente sobre o mérito das matérias submetidas a seu exame, nos termos de sua competência, salvo o da comissão de Legislação, Justiça e Redação, que pode limitar-se à preliminar de inconstitucionalidade.

Art. 71 – O parecer escrito compõe-se de duas partes:

- I. Relatórios, com exposição a respeito da matéria;
- II. Conclusão, indicando o sentido do parecer e seu fundamento.

Art. 72 – Os pareceres aprovados pelas comissões, bem como os votos em separado, deverão ser lidos pelos relatores, nas reuniões da Câmara ou encaminhados diretamente à Mesa pelos presidentes das comissões.

Art. 73 – O relator designado fará estudo da matéria, elaborando o relatório e emitindo seu voto.

Art. 74 – Os demais membros da comissão também votarão significando a simples oposição da assinatura ao relatório, sem qualquer outra observação, total concordância do signatário à manifestação do relator.

Art. 75 – O voto do relator, quando aprovado pela maioria a comissão, constitui parecer.

Art. 76 – O parecer poderá ser acompanhado de projeto da Lei, Decreto Legislativo ou resolução que suscitou a manifestação da comissão.

Art. 77 – O parecer da comissão a que for submetida, a proposição incluirá, surgindo a sua adoção ou a sua rejeição as emendas ou substitutivos que julgar necessário.

Parágrafo Único: Sempre que o parecer da comissão, concluir pela rejeição deverá o plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 78 – O parecer da comissão deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os seus membros, ao menos pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a retribuição feita, não podendo o membro da comissão, sobre uma pena de responsabilidade, deixar de subscrever os pareceres.

Art. 79 – Poderão requisitar do Prefeito por intermédio do presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação, todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram a sua apreciação, desde que o assunto seja de especialidade da comissão.

Seção VII

Das Reuniões das Comissões

Art. 80 – As comissões permanentes reúnem-se, obrigatoriamente, na sede da Câmara Municipal, em dias fixados, ou quando convocadas extraordinariamente pelos

respectivos presidentes de ofício ou a requerimento da maioria dos seus membros.

§ 1º- As reuniões são públicas, salvo casos especiais por deliberação da maioria, e não podem ser realizadas durante a primeira parte da Ordem do Dia.

§ 2º- As reuniões extraordinárias são convocadas com prazo mínimo de vinte e quatro horas, salvo caso de absoluta urgência, a critério do seu Presidente, “ad referendum” da comissão.

§ 3º- Na impossibilidade de se reunir a comissão, seu Presidente distribuirá aos relatores, cabendo aos demais membros emitir seu voto.

§ 4º- As comissões devem emitir seu parecer no prazo de dez (10) dias contados do recebimento da matéria objeto do estudo, podendo este prazo ser prorrogado a requerimento do Presidente da comissão, dirigido à mesa da Câmara, em casos de extrema complexidade.

§ 5º- O prazo para emissão de parecer pode ser prorrogado uma só vez, por tempo nunca superior ao fixado acima.

Art. 81 – Havendo divergência entre os membros da comissão, os votos deverão ser lançados separadamente, acompanhados da devida fundamentação.

Parágrafo Único: Ao emitir seu voto, o membro da comissão pode oferecer emenda, substitutivo, requerer diligências ou sugerir quaisquer outras providências que julgar necessárias.

Art. 82 – Cabe ao Presidente da Câmara advertir a comissão que ultrapassar o prazo de que dispõe, encaminhando a matéria à

comissão seguinte ou incluindo-a na ordem do dia, quarenta e oito horas da advertência feita.

Parágrafo Único: E o término do prazo fixado no parágrafo 4º do artigo 80 ocorrer durante o período de recesso da Câmara, o Presidente pode deferir o pedido de prorrogação para emissão de parecer ou voto ou incluir a matéria na pauta da ordem do dia da primeira reunião.

Art. 83 – Os projetos com prazo de apreciação fixados em Lei, são encaminhadas à Comissão de Legislação, Justiça e redação, para dar parecer, no prazo não excedente a seis dias.

§ 1º- Se o projeto tiver de ser submetido a outras comissões, estas reúnem-se conjuntamente, dentro do prazo de doze dias, para opinar sobre a matéria.

§ 2º- Não havendo parecer e esgotado o prazo do parágrafo primeiro, o projeto será anunciado para a ordem seguinte.

§ 3º- Salvo em caso de projeto de Lei Orçamentária, os projetos referidos neste artigo terão preferência sobre todos os demais.

§ 4º- Após a primeira discussão e votação, se houver emendas, estas serão apresentadas no prazo máximo de quatro dias.

§ 5º- Findo o prazo do parágrafo anterior, a Mesa providenciará a inclusão do projeto na pauta da reunião seguinte, podendo a comissão responsável pelo projeto pronunciar-se sobre as emendas, nesse interregno.

Art. 84 – As diligências suspendem o andamento do projeto, e só serão realizadas mediante aprovação da maioria dos membros da comissão.

Art. 85 – Se um projeto de lei receber, quanto ao mérito, parecer contrário das comissões a que for distribuído, o Presidente submeterá o parecer à deliberação do Plenário.

Art. 86 – Poderá haver reunião conjunta de comissões a requerimento escrito e fundamentado de vereador sendo ela presidida pelo mais idoso dos presidentes das comissões presentes, aplicando-se nesse caso as normas que regem o funcionamento das comissões.

Título III DOS VEREADORES

Capítulo I Do Exercício da Vereança

Art. 87 – Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representações proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 88 – É assegurado ao Vereador:

- I. participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria o que comunicará ao Presidente;
- II. votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
- III. apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

- IV. concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;
 - V. usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se as limitações deste Regimento;
 - VI. integrar o plenário e as comissões, tomar parte nas reuniões e nelas votar e ser votado;
 - VII. solicitar por intermédio da Mesa, informação ao Prefeito, sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Câmara;
 - VIII. examinar ou requisitar a todo tempo, qualquer documento da Municipalidade ou existente nos arquivos da Câmara, que lhe será confiado mediante “carga” em livro próprio, por intermédio da Mesa;
 - IX. solicitar à autoridade competente, diretamente ou por intermédio da Mesa, as providências necessárias à garantia do exercício do mandato;
 - X. utilizar-se dos serviços da secretaria da Câmara para fins relacionados com o exercício do mandato;
 - XI. solicitar licença, na forma estabelecida pela Lei Orgânica.
- Parágrafo Único:** O vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, na circunscrição do município.

Art. 89 – São deveres do Vereador, entre outros:

- I. quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica do Município;
- II. observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

- III. desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;
- XV. exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nos arts. 29 e 65;
- IV. comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontre impedido;
- V. manter o decoro parlamentar;
- VI. fixar residência no Município;
- VII. conhecer e observar este Regimento Interno;
- VIII. não se ausentar da reunião antes de concluída, pelo menos, a primeira parte da Ordem do Dia, sem prévia autorização da Mesa;

Parágrafo Único: É vedado ao Vereador:

I. Desde a expedição do diploma:

- a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;
- b) Aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto na Lei Orgânica.

II. Desde a posse:

- a) Ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município,

de que seja demissível “ad nutum”, salvo o cargo de Secretário Municipal, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) Patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I.

Art. 90 – Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providencias seguintes conforme a gravidade:

I. advertência em Plenário;

II. cassação da palavra;

III. determinação para retirar-se do Plenário;

IV. suspensão da sessão para entendimentos na Sala da Presidência;

V. proposta de perda de mandato de acordo com a legislação vigente.

Capítulo II

Da Interrupção e da Suspensão do Exercício da Vereança e das Vagas

Art. 91 – O vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à presidência sujeito à deliberação do plenário, nos seguintes casos:

- I. Por enfermidade devidamente comprovada por atestado médico oficial ou de médico designado especialmente para esse fim;
- II. Para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou do interesse público fora do território do município;
- III. Para tratar de interesses particulares, por prazo nunca superior a um ano, salvo disposição em contrário da Lei Orgânica do Município;
- IV. Para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§ 1º - Nos casos dos incisos III e IV deste artigo, o vereador não fará jus aos vencimentos enquanto durar a licença.

§ 2º- A aprovação dos pedidos de licença se dará no expediente das sessões sem discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitados pelo quórum de 2/3 (dois terços) dos vereadores presentes, na hipótese do inciso III.

§ 3º- Nas hipóteses dos incisos I e IV a decisão do plenário será meramente homologatória.

§ 4º - O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o Vereador jus ao subsídio estabelecido.

Art. 92 – As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato do Vereador.

§ 1º - A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º - A perda dar-se-á por deliberação do Plenário na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 93 – A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extinto pelo Presidente, que a fará constar da ata, a perda do mandato se torna efetiva a partir do Decreto Legislativo promulgado pelo Presidente e devidamente promulgado.

Art. 94 – A renúncia do vereador far-se-á por ofício dirigido a Câmara reputando-se aberta à vaga a partir da sua protocolização.

Art. 95 – Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura do cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador a partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Em caso de vaga não havendo suplente o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

Art. 96 – Considera-se haver renúncia:

- I.** O vereador que não prestar compromisso na forma e no prazo previsto;
- II.** O suplente que, convocado, não entrar no exercício do mandato nos termos deste regimento.

Parágrafo Único: A vacância, nos casos de renúncia, será declarada pelo presidente do plenário, durante reunião.

Art. 97 – Ao se afastar do exercício do mandato para ser investido em cargo de confiança, bem como ao reassumir suas funções, o vereador deverá fazer comunicação escrita a Mesa da Câmara.

Parágrafo Único: No caso de afastamento que tratam este artigo o vereador poderá optar pelo subsídio do mandato.

Capítulo III **Da Liderança Parlamentar**

Art. 98 – São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para em seu nome, expressarem em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 99 – No início de cada sessão Legislativa os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo Único: Na falta de indicação considerar-se-á líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereador mais votado de cada bancada.

Art. 100 – As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente desde que observadas às restrições constantes deste Regimento.

Parágrafo Único: As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, exceto o suplente de Secretário.

Art. 101 – Haverá Líder do Governo se o Prefeito Municipal o indicar à Mesa da Câmara.

Art. 102 – A Mesa da Câmara será científica de qualquer alteração nas lideranças.

Art. 103 – Será facultado qualquer dos líderes, em caráter excepcional, salvo quando houver matéria a ser discutida ou votada, referente a propostas de emendas a Lei Orgânica, veto ou projeto, usar da palavra pelo tempo que o Presidente da Câmara prefixar a fim de tratar de assunto relevante e urgente ou responder a crítica dirigida à Bancada a que pertença.

Art. 104 – Constitui a maioria da Bancada integrada pela maioria dos membros da Câmara, considerando-se minoria a representação partidária inferior que, em relação ao governo, expresse posição diversa da maioria.

§ 1º- Se não for atingida a maioria de que trata este artigo, assumirá a função regimental e constitucional da maioria a Bancada que tiver maior número de representantes.

§ 2º- As lideranças da maioria e da minoria são constituídas segundo os preceitos deste regimento aplicável a Bancada.

Capítulo IV

Das Vedações, da Extinção e da Perda do Mandato dos Vereadores

Art. 105 – As vedações dos Vereadores são aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 106 – Extingue-se o mandato do vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando:

- a) ocorrer falecimento ou renúncia por escrito;
- b) deixar de tomar posse, sem justo motivo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido por Lei Federal;
- c) incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes, nos prazos fixados nesta Lei.

§ 1º - Ocorrido e comprovado ato ou o fato da extinção do mandato, o Presidente da Câmara, na primeira Sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata e declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o suplente.

§ 2º - Se o Presidente da Câmara omitir-se das providências do parágrafo anterior o suplente de vereador ou qualquer cidadão poderá requerer a declaração de extinção de mandato por via de representação à Câmara e, se procedente, o presidente omissor será destituído do corpo da mesa, ficando impedido para nova investidura durante a legislatura.

§ 3º- A declaração de extinção do mandato a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser requerida por via judicial na forma da Lei.

Art. 107 – Está sujeito a Perda do Mandato o Vereador que:

- a) tenha procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- b) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- c) deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo, licença ou missão autorizada pelo Plenário ou ainda, tiver sua falta justificada pelo Plenário;
- d) não fixar residência do Município;
- e) perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- f) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- g) o tenha tido decretado pela Justiça Eleitoral nos prazos previstos na Constituição da República.

§ 1º- É incompatível com o decoro parlamentar entre outros o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores a atitude pública indigna inconveniente ou imprópria e a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º- Nos casos das letras a), b), c) e f) será instaurado processo obedecidas as normas da Legislação Federal pertinente, assegurada ampla defesa, com a perda do mandato sendo decidida pelo Plenário da Câmara, fazendo-se necessária a maioria de 2/3 dos votos.

§ 3º- Nos casos das letras c), d), e g) perda do mandato será declarada de Ofício pelo Presidente da Mesa de

Diretora da Câmara ou por provocação de qualquer dos Vereadores ou Partidos Políticos devidamente registrados.

Capítulo V

Dos subsídios dos Agentes Políticos

Art. 108 – Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores serão fixados pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município determinando-se o valor em moeda corrente no país, vedada qualquer vinculação com periodicidade estabelecida nas leis fixadoras.

Parágrafo Único: Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito serão revistos anualmente, no mês de fevereiro e corrigidos pelos índices de correção do ano anterior, estabelecidos pelo Governo Federal.

Art. 109 – Os subsídios dos Vereadores serão pagos em parcelas mensais fixas, vedados acréscimos a qualquer título.

§ 1º- O subsídio do Presidente não poderá ser diferenciado ao dos Vereadores.

§ 2º- É vedado a qualquer Vereador perceber verba de representação, ou outra espécie remuneratória.

§ 3º- No recesso, o subsídio dos Vereadores será integral.

§ 4º- O subsídio dos Vereadores poderá ser atualizado na mesma época e proporção da fixada para o Prefeito,

respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal ou, em Lei Federal pertinente.

Art. 110 – O subsídio dos Vereadores terá como limites máximo remuneratórios os previstos na Constituição Federal.

Art. 111 – É vedado o pagamento de parcelas aos Vereadores como remuneração por sessões legislativas extraordinárias nos termos dispostos na Constituição Federal mesmo nos períodos de recesso.

Art. 112 – A fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, dos Secretários e dos Vereadores observará a data prevista na Lei Orgânica Municipal e será proposta por projeto de lei.

Título IV DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

Capítulo I Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 113 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Parágrafo Único: Toda matéria legislativa de competência da Câmara, depende de manifestação do prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara,

tomadas em plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução conforme o caso.

Art. 114 – São modalidades de proposições:

- I. os projetos de leis;
- II. os projetos de decretos legislativos;
- III. os projetos de resoluções;
- IV. os projetos substitutivos;
- V. as Emendas e subemendas;
- VI. os pareceres das Comissões Permanente;
- VII. os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- VIII. as indicações;
- IX. os requerimentos;
- X. os recursos;
- XI. as representações.

Art. 115 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 116 – Exceção feita às Emendas e às subemendas e proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 117 – As proposições consistentes em Projeto de Lei, Decreto Legislativo, Resolução ou projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação e/ou exposição de motivos por escrito.

Art. 118 – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

Capítulo II **Das Proposições em Espécie**

Seção I

Dos Projetos de Lei, dos Decretos, das Resoluções, das Emendas, das indicações e dos Requerimentos

Art. 119 – Os Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art. 46, V.

Art. 120 – As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo, relativas a assuntos de autonomia interna da Câmara, como as arroladas no art. 46, VI.

Art. 121 – A iniciativa dos projetos de leis cabe a qualquer vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do executivo, conforme determinação legal.

Art. 122 – Substitutivo é o Projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único: Não é permitido substitutivo parcial ou total de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 123 – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§1º - As Emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§2º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.

§3º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§4º - Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§5º - Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§6º - A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art. 124 – Parecer é o pronunciamento por escrito da Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parecer é o pronunciamento por escrito da Comissão permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parágrafo Único: O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto ou resolução que suscitou a manifestação da Comissão.

Art. 125 – Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único: Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução.

Art. 126 – Indicação é a proposição escrita pela qual ao Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes.

Art. 127 – Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de vereador ou de Comissão. Feito ao Presidente da Câmara, ou por um intermédio, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador.

§1º - Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I. a palavra ou a desistência dela;
- II. a permissão para falar sentado;
- III. a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV. a observância de disposição regimental;
- V. a retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VI. a requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
- VII. a justificativa de voto e sua transcrição em ata;
- VIII. a retificação da ata;
- IX. a verificação de quórum.

§2º - Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I. prorrogação de sessão ou dilação da própria prorrogação nos termos do art. 152 e §§;
- II. dispensa de leitura da matéria constante da ordem do dia;
- III. destaque de matéria para votação;
- IV. votação a descoberto;
- V. encerramento de discussão nos termos do art. 185;

- VI.** manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;
- VII.** voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio.
- VIII.** pedido de urgência para votação de matéria definida em Projeto de Lei.

§ 3º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I.** renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;
- II.** licença de Vereador;
- III.** audiência de Comissão Permanente;
- IV.** juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento;
- V.** inserção de documentos em ata;
- VI.** preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental por discussão;
- VII.** inclusão de proposição em regime de urgência;
- VIII.** retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;
- IX.** anexação de proposições com objeto idêntico;
- X.** informações solicitadas ao Prefeito, ou por seu intermédio, ou a entidades públicas ou particulares;
- XI.** constituição de Comissões Especiais;
- XII.** convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário.

Art. 128 – Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 129 – Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando a destituição de membro de Comissão Permanente ou a destituição de membro da Mesa respectivamente, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo Único: Para efeitos regimentais equipara-se à Representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

Seção II

Da Emenda à Lei Orgânica

Art. 130 – A Lei Orgânica Municipal pode ser emendada mediante proposta:

- I.** de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara;
- II.** do Prefeito;
- III.** de, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

§1º- A proposta será discutida e votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e será considerada aprovada se estiver em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§2º- A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§3º- Na discussão de proposta popular de emenda, é assegurada a sua defesa, em comissão e em plenário par um dos signatários.

§4º- O referendo à Emenda será realizado se for requerido no prazo máximo de noventa dias da promulgação,

pela maioria dos membros da Câmara, pelo Prefeito, ou por, no mínimo 5% do eleitorado do Município.

§5º- A matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser representada no mesmo ano legislativo;

§6º- A Lei Orgânica não poderá se emendada na fluência de Estado de Sítio ou Estado de Defesa, nem quando o Município estiver sob intervenção estadual.

Capítulo III

Da Apresentação e da Retirada da Proposição

Art. 131 – Exceto nos casos dos incisos V, VI VII do art. 112 e nos de projetos substitutivos oriundos das Comissões todas as demais proposições serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data e as numerará, atuando-as, em seguida e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 132 – Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 133 – As Emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início sessão em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que as referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se, tratar de projeto em regime de urgência, ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - As Emendas à proposta orçamentária e ao plano plurianual serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente.

§ 2º - As Emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 134 – As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser apresentadas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art. 135 – O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I. que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;
- II. que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;
- III. que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;
- IV. que seja formalmente inadequada, por não ser observados os requisitos dos arts. 113, 114, 115 e 116;
- V. quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

VI. quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de Requerimento;

VII. quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo Único: Exceto nas hipóteses dos incisos II e V, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10(dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Art. 136 – O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme o caso.

Parágrafo Único: Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as Emendas que não se referirem diretamente a matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 137 – As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário, ou com a anuência deste, em caso contrário.

§1º - Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º - Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício.

Art. 138 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo Único: O Vereador autor de proposições arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e re tramitação.

Art. 139 – Os requerimentos a que se refere o §1º do art. 125 serão indeferidos quando impertinentes repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental sendo irrecorrível a decisão.

Art. 140 – O prefeito pode solicitar a devolução de projeto de sua autoria em qualquer fase de tramitação, devendo o Presidente atender ao pedido, independente de discussão e votação, ainda que contenha emendas ou pareceres favoráveis.

Capítulo IV

Da Tramitação das Proposições

Art. 141 – Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste capítulo.

Art. 142 – Quando a proposição consistir em Projeto de Lei, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de Projeto Substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§1º- No caso do §1º do art. 131, o encaminhamento só se fará escoado o prazo para Emendas ali previsto.

§2º- No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§3º- Os projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário sempre que o requerer seu próprio autor e a audiência obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 143 – As Emendas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 131 serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária; as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 144 – Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que deverá proceder na forma do art. 84.

Art. 145 – Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que são apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 146 – As indicações, após lidas no expediente serão encaminhadas, após deliberação do Plenário constante de uma

única votação por meio de ofício, a quem de direito através do Secretário da Câmara.

Parágrafo Único: No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser colocada em votação, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na ordem dia independente de sua prévia figuração no expediente.

Art. 147 – Os requerimentos a que se referem os §§2º e 3º do art. 125 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua inclusão no expediente ou na ordem do dia.

Parágrafo Único; Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir o requerimento a que se refere o § 3º do art. 125, com exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer ficará remetida ao expediente e à ordem do dia da sessão seguinte.

Art. 148 – Durante os debates, na ordem do dia poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 149– Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados da data de ciência de decisão, por simples petição e requeridos à Comissão

de Legislatura, Justiça e Redação, que emitirá parecer acompanhado de projeto de Resolução.

Art. 150 – A concessão de urgência especial dependerá de consentimento do Plenário mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

§1º- O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, com o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§2º- Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será interrompida a sessão por determinação do Presidente para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão.

§3º- Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 151 – O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único: Serão incluídas no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

- I.** a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-los;
- II.** os projetos de leis do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;
- III.** o veto, quando escoadas 2/3 (duas terças) partes de prazo para sua apreciação.

Art. 152 – As proposições em regime de urgência especial ou simples, bem como aquelas com pareceres, ou para as que não sejam estes exigíveis, ou tenham sido dispensadas prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 153 – Quando, por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua re- tramitação, ouvida à Mesa.

Título V **DAS SESSÕES DA CÂMARA**

Capítulo I **Das Sessões em Geral**

Art. 154 – As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§ 1º- Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-ão a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, ou quando isto não for possível, no mural de avisos da Câmara Municipal.

§ 2º- Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

- I. apresente-se convenientemente trajado;
- II. não porte arma;
- III. conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV. não manifeste apoio ou desaprovação ao que – passa em Plenário;
- V. atenda às determinações do Presidente.

§ 3º- O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 155 – As sessões ordinárias serão realizadas na segunda sexta feira e na última sexta feira do mês corrente, com duração máxima de 3 (três) horas, iniciando-se as 09:00 horas da manhã

§ 1º- Quando a data prevista para a realização das reuniões ordinárias coincidir com Feriados ou Pontos Facultativos, serão as mesmas automaticamente transferidas para o primeiro dia útil posterior.

§ 2º- A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 3º- O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da ordem do dia.

§ 4º - Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 5(cinco) minutos antes do término daquela.

§ 5º- Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, prejudicados os demais.

§ 6º- Por motivo de economia, considerando o deslocamento de Vereadores de regiões distantes do Município, as sessões ordinárias, com a aprovação do Plenário, poderão ser realizadas em duplicidade, num mesmo dia, com intervalo mínimo 3 (três) horas entre elas.

Art. 156 – As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após as sessões ordinárias inclusive durante o recesso parlamentar.

§ 1º - Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, e a sua convocação dar-se-á: por comunicação com 48 horas de antecedência ou por convocação verbal durante reunião ordinária fazendo-se constar em Ata e preservando a comunicação aqueles vereadores que não estiverem presentes à sessão ordinária.

§ 2º - A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 152 e §§, no que couber.

Art. 157 – As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo Único: As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 158 – A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único: Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos servidores da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 159 – As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se inexistentes as que se realizarem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Parágrafo Único: Não se considerará como falta a ausência de Vereador à sessão que se realize fora da sede da Edilidade.

Art. 160 – A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

§ 1º- Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos

Vereadores, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§ 2º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 161 – A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido à sessão pelo menos a maioria absoluta dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 162 – Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º - A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - A convite da Presidência poderá participar da Mesa e manifestar quando solicitado ou permitido, quando se fizer necessário, o assessor Jurídico da Câmara, objetivando o esclarecimento de dúvidas.

§ 3º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art. 163 – De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A ata de sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º - As atas das sessões serão discutidas e aprovadas na sessão subsequente, devendo, entretanto, estarem transcritas a disposição de qualquer vereador na Secretaria da Câmara 48 horas antes da sessão na qual será apreciada.

§ 4º - A ata da última sessão ordinária de cada ano Legislativo, das sessões de abertura e encerramento das legislaturas serão redigidas e submetidas à aprovação na própria sessão com qualquer número de presentes, no seu encerramento.

Capítulo II

Das Sessões Ordinárias

Art. 164 - As sessões ordinárias compõem-se de duas partes: o expediente e a ordem do dia.

Art. 165 - À hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo único - Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos

que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou ad hoc, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização de sessão.

Art. 166 - Havendo número legal, a sessão se iniciará com o expediente, o qual terá a duração máxima de 90 (noventa) minutos, destinando-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º - Nas sessões em que esteja incluído na ordem do dia o debate da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, o expediente será de 30 (trinta) minutos.

§ 2º - No expediente serão objeto de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da ordem do dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

§ 3º - Quando não houver número legal para deliberação no expediente, as matérias a que se refere o § 2º, automaticamente, ficarão transferidas para o expediente da sessão seguinte.

Art. 167 - A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão seguinte: ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pala

maioria doa Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§ 2º - Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a retificação; caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§ 3º- Levantada impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada nova ata.

§ 4º - Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 5º - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

Art. 168- Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente obedecendo à seguinte ordem:

- I** - Expedientes oriundos do Prefeito;
- II** - Expedientes oriundos de outras origens;
- III** - Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 169 - Na leitura das matérias pelo Secretário obedecer-se-á à seguinte ordem:

- I** - Projetos de Leis;
- II**- projetos de Decretos Legislativos;
- III**- projetos de resoluções;
- IV**- requerimentos;
- V**- indicações;
- VI**- pareceres de Comissões;
- VII**- recursos;
- VIII**- outras matérias.

Parágrafo único - Dos documentos apresentados no expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores (ANEXOS) quando solicitadas pelos mesmos ao Diretor da Secretaria da Casa exceção feita ao Projeto de Lei orçamentária, às diretrizes orçamentárias, ao plano plurianual e ao projeto de codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art. 170- Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas, respectivamente, ao pequeno e ao grande expediente.

§1º- O pequeno expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

§2º- Quando o tempo restante do pequeno expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao grande expediente.

§3º- No grande expediente, os Vereadores, inscritos também em lista próxima pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§4º- O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no pequeno expediente, poderá sê-lo no grande expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na sessão seguinte, para complementar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-lhe desistir.

§5º- Quando o orador inscrito para falar no grande expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

§6º- O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra perderá a vez e só poderá ser inscrito de novo em último lugar.

Art. 171 - Finda a hora do expediente, por se ter esgotado o tempo ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante da ordem do dia.

§1º- Para a ordem do dia, far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§2º- Não se verificando o quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 172 - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia regularmente publicada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início das sessões, salvo disposição em contrário da Lei Orgânica do Municipal.

Parágrafo Único - Nas sessões em que devam ser apreciados a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual, as Emendas a Lei Orgânica e ao Julgamento das Prestações de Contas pelo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado, nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art. 173- A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- I-** matérias em regime de urgência especial;
- II** - matérias em regime de urgência simples;
- III** - vetos;
- IV-** matérias em redação final;
- V-** matérias em discussão única;
- VI-** matérias em segunda discussão;
- VII** - matérias em primeira discussão;
- VIII** - recursos;
- XIX** - demais proposições.

Parágrafo único - As matérias, pala ordem de preferência, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art. 174 - O Secretário procederá à leitura do que se houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art. 175 - Esgotada a ordem do dia, anunciará o Presidente, sempre que possível, a ordem do dia da sessão seguinte, fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concederá a palavra para explicação pessoal aos que a tenham solicitado ao Secretário, durante a sessão, observados a procedência da inscrição e o prazo regimental.

Art. 176 - Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal ou, se quando ainda os houver achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a sessão.

Capítulo III

Das Sessões Extraordinárias

Art. 177 - As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação aos Vereadores, com a antecedência de 48 horas, e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local, quando houver.

Parágrafo único - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação apenas aos ausentes à mesma.

Art. 178 - A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de ordem do dia, que se cingirá à matéria objeto de convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 162 e seus §§.

Parágrafo único - Aplicar-se-ão, às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

Capítulo IV

Das Sessões Solenes

Art. 179 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, indicando a finalidade da reunião.

§1º- Nas sessões solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§2º- Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

§3º Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a

sessão como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

Titulo VI

DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES

Capitulo I

Das Discussões

Art. 180 - Discussão é o debate pelo Plenário de proposição figurante na ordem do dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§1º - Não estão sujeitos a discussão:

I- as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 141;

II - os requerimentos a que se refere o § 2º do art. 123;

III - os requerimentos a que se referem os incisos a V do § 3º do art.123.

§2º - O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I- de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II- da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III- de emenda ou subemenda idêntica à outra já aprovada rejeitada;

IV- de requerimento repetitivo.

Art. 181 - A discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 182 - Terão 1 (uma) única discussão as seguintes matérias:

I – as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II – as que se encontrem em regime de urgência simples;

III – o veto;

IV – os Projetos de Decretos Legislativos ou de Resoluções;

V – os requerimentos sujeitos a debates.

Art.183 – Terão 2 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no art. 177.

Art. 184 – Na primeira discussão debater-se-á, quando se fizer necessário, por destaque, separadamente artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á quando se fizer necessário, por destaque, separadamente artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em bloco.

§1º - Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do projeto.

§2º - Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§3º - Quando se tratar de propostas orçamentária, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, as Emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

§4º - Quando se tratar de Emenda a Lei Orgânica o projeto será discutido em bloco se não houver pedido de destaque, tanto em primeira como em segunda discussão.

Art. 185 – Na discussão única e na primeira discussão serão recebidos Emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão Emendas e subemendas.

Art. 186 – Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as Emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com dispensa de parecer.

Art. 187 – Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 188 – Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá esta.

Art. 189 – O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

VII – quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 190 – O presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I – para leitura de requerimento de urgência;

II – para comunicação importante à Câmara;

III – para recepção de visitantes;

IV – para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V – para atender a pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 191 – Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – ao autor da proposição em debate;

II – ao relator do parecer em apreciação;

III – ao autor da emenda;

IV – alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 192 – Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate observar-se-á o seguinte:

I – o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;

II – não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

- III** – não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;
- IV** – o aparteante permanecerá de pé quando aparteia e enquanto ouve a respostas do aparteado.

Art. 193 – Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

- I** – 3 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial;
- II** – 5 (cinco) minutos para falar no pequeno expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir explicação pessoal;
- III** – 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;
- IV** – 15 (quinze) minutos para discutir projeto de Decreto Legislativo ou de Resolução, processo de cassação do Vereador e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto;
- V**- 30 (trinta) minutos para falar no grande expediente e para discutir Projeto de Lei, proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, prestação de contas e destituição de membro da Mesa.

Parágrafo único – Será permitida a cessão de tempo de um para o outro orador.

Seção II **Das Deliberações**

Art. 194 - As deliberações do Plenário serão tornados par maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo único - Para efeito do quórum computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 195 - A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 196 – O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art. 197 – Os processos de votação são 3 (três) simbólico, nominal e secreto.

§1º- O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores **para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.**

§2º- O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada vereador pela chamada sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não.

§3º- O processo secreto será através de cédulas em que essa manifestação não será ostensiva.

Art.198- O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º- Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§2º- Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§3º- O Presidente, em caso de dúvida, poderá de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art.199- A votação será nominal nos seguintes casos:

- I-** requerimento de urgência especial;
- II-** eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;
- III-** criação ou extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara;
- IV-** julgamento das contas do Município;
- V-** perda de mandato de Vereador;
- VI-** julgamento do Prefeito ou de Vereador após conclusão de inquérito por Comissão Especial;

Art.200 - A votação será Secreta com chamada nominal, nos seguintes casos:

- I-** eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;
- II-** apreciação de veto;
- III-** Concessão de Título de Cidadão Honorário e ou Honra ao Mérito.

Art.201 - Uma vez iniciada a votação somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único – Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação salvo se acometido de súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art.201 - Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo único - Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentarias, do plano plurianual, de veto, do julgamento das contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art.202 - Terão preferência para votação as Emendas supressivas ,as Emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo único - Apresentada 2 (duas) ou mais Emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projete, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão

Art. 203 - Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 204 - O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 205 - Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 206 - Proclamado a resultado da votação, poderá o Vereador impugná-la perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 207 - Concluída a votação de Projeto de Lei, com ou sem Emendas aprovadas, ou de Projeto de Lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para adequar o texto à correção vernacular.

Parágrafo único – Caberá à Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resoluções.

Art. 208 - A redação final será discutida e votada depois de sua publicação salvo se o Plenário a dispensar a requerimento de Vereador.

§1º- Admitir-se-á emenda á redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou impropriedade linguística.

§2º- Aprovada a emenda, voltará a matéria à Comissão, para nova redação final.

§3º- Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado à Comissão que a reelaborará considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da Edilidade.

Art. 209 – Aprovado pela Câmara um Projeto de Lei, este será enviado ao Prefeito, uma vez expedidos os respectivos autógrafos para sanção ou veto, o que ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias a contar do recebimento.

§1º- Os originais dos projetos de leis aprovados serão antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

§2º- Decorridos os 15(quinze) dias previstos neste artigo sem que tenha havido qualquer manifestação do Prefeito o Projeto de Lei será Promulgado dentro de 48(quarenta e oito) horas pelo Vice- Presidente sob pena de afastamento da Mesa Diretória.

Seção III Do Veto

Art. 210 – Se o Prefeito considerar o Projeto de Lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente dentro do prazo d 15 dias, a contar da data do recebimento da redação final com a sua aprovação pela Câmara, comunicando o veto e justificando os motivos ao Presidente da Câmara.

Art. 211 – No prazo de 15(quinze) dias a contar do recebimento do veto será o mesmo apreciado e votado.

Parágrafo único - Encerrado o prazo sem que o veto tenha sido votado, ele será votado como matéria obrigatória da ordem do dia na primeira sessão ordinária após o vencimento do prazo.

Parágrafo único - O rito para a votação do Veto será o determinado pelos Artigos 139;146;199 e 84, com votação secreta, somente podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos votos.

Capítulo III

Da Concessão de Palavra aos Cidadãos em Sessões e Comissões

Art. 212 - O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de leis, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Parágrafo único - Ao se inscrever na Secretaria da Câmara, o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

Art. 213 - Caberá ao Presidente da Câmara deferir o requerimento desde que esteja enquadrado nos preceitos do Art. 212 e, fixar o número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada sessão.

Art. 214 - Nenhum cidadão poderá usar a Tribuna da Câmara, nos termos deste Regimento, por período maior que 5(cinco) minutos, sob pena de ter a palavra cassada.

Parágrafo único - Será igualmente cassada a palavra ao cidadão que usar linguagem incompatível com a dignidade da Câmara ou que proferir agressões verbais, pessoais, contra membro do legislativo ou do executivo.

Art. 215 - O Presidente da Câmara promoverá ampla divulgação da pauta da ordem do dia das sessões do Legislativo, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início das sessões.

Art. 216 - Qualquer associação de classe, clube de serviço ou entidade comunitária do Município poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões do Legislativo, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único – O presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Título VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES

Capítulo I Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I Do Orçamento

Art. 217 – Recebia do Prefeito a proposta orçamentária dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamentos nos 10 (dez) dias seguintes para parecer.

Parágrafo Único – No decêndio, os Vereadores poderão apresentar Emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do art. 129.

Art. 218 – A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findos os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 219 – Na primeira discussão poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental nos termos do art. 192, V, sobre o projeto e as Emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das Emendas no uso da palavra.

Art. 220 – Se forem aprovadas as Emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único – Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 221 – Aplicam-se as normas desta Seção á proposta do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.

Seção II Das Codificações

Art. 222 – Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 223 – Os projetos de codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, observando-se para tanto o prazo de 10(dez) dias.

§1º - Nos 15 (quinze) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão Emendas e sugestões a respeito.

§2º - A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer e especialista na matéria, desde que haja recursos para atender à despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§3º - A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer incorporando as Emendas apresentadas que julgar convenientes

ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§4º - Exarado o parecer ou, na falta deste, observado o disposto nos arts. 77 e 78, no que couber o processo se incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Art. 224 – Na primeira discussão observar-se-á o disposto no §2º do art. 179.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 10 (dez) dias, para incorporação das Emendas aprovadas.

§2º - Ao atingir este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

Capítulo II

Dos procedimentos de Controle

Seção I

Do julgamento das Contas

Art. 225 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores enviando à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu Pronunciamento, acompanhado do projeto de Decreto Legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

§1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando Informações sobre itens

determinados da prestação de contas.

§2º - Para responder aos pedidos de informação a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 226 – O projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas, sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo Único – Não se admitirão Emendas ao projeto de Decreto Legislativo.

Art. 227 – Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o que somente poderá ocorrer por 2/3 (dois terços) dos votos, o projeto de Decreto Legislativo conterà os motivos da discordância.

Parágrafo Único – A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

Art. 228 – Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria.

Seção II

Do Processo de Perda de Mandato

Art. 229 - A Câmara processará o Vereador ou o Prefeito pela prática de infração político - administrativa definida na Legislação Federal incidente, observadas as normas adjetivas,

inclusive quórum, estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo único - Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado ampla defesa.

Art. 230 - O julgamento far-se-á em sessão ou sessões extraordinárias para esse efeito convocadas.

Art. 231 - Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á Decreto Legislativo de perda do mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

Seção III **De Convocação dos Secretários Municipais**

Art. 232 - A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre a Executivo.

Art. 233 - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único - O requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 234 – Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento e dando ao convocado, ciência do motivo de sua convocação.

Art. 235 – Aberta a sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§1º - O Secretário Municipal poderá incumbir assessores que o acompanhem na ocasião, de responder às indagações.

§2º - O Secretário Municipal, ou o assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição.

Art. 236- Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a sessão, agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 237- A Câmara através de Comissão Especial, poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único- O Prefeito deverá responder às informações, observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município ou se esta for omissa o prazo de 15(quinze) dias, prorrogável por outro tanto, por solicitação daquele.

Art.238 - Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara quando devidamente solicitado, a Comissão autora da proposição deverá produzir denúncia pra efeito de perda do mandato do infrator.

Seção IV

Do Processo Destituatório

Art. 239 - Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesmo pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar expedir-se-á Decreto Legislativo de perda do mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharem, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular lhes perguntas do que se lavrará

assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir, por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de Resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Título VIII DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

Capítulo I Das Questões de Ordem e dos Precedentes

Art. 240 - As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim declare perante o Plenário de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 241 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art. 242 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e a aplicação do Regimento.

Parágrafo único – As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Art.243 - Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§1º- O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para parecer.

§2º- O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art. 244 - Os precedentes a que se referem os arts. 240, 241 e 243 §2º serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos pelo Secretário da Mesa.

Capítulo II

Da Divulgação do Regimento e de Sua Reforma

Art. 245 – A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 246 - Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, elaborará e publicará separata e este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com

eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art. 247- Este Regimento Interno somente poderá ser alterado reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II - da Mesa;

III- de uma das Comissões da Câmara;

IV- de Comissão Temática específica para este fim.

Título IX

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 248 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e rege-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 249 - As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 250 - A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os

expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 251 - A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º - São obrigatórios os seguintes livros:

I - de atas das sessões;

II- de atas das reuniões das Comissões Permanentes;

III- de registro de leis;

IV- de registro de decretos legislativos

V - de registro de resoluções;

VI - de atos da Mesa e atos da Presidência;

VII - de termos de posse de servidores;

VIII- de precedentes regimentais.

§ 2º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa.

Art. 252 - Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

Art. 253 - As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais, serão ordenadas pelo Presidente da Câmara.

Art. 254 - A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais, cabendo ao Possidente juntamente com o Vice-Presidente e/ou o Secretário a/ou o tesoureiro, movimentar os recursos que lhe forem liberados.

Art. 255 - As despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei específica poderão ser pagas mediante a adoção do regime de adiantamento.

Art. 256 - A contabilidade da Câmara encaminhará as suas demonstrações para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

Art. 257 - No período de 01 de maio a 30 de junho de cada exercício, na Secretaria da Câmara no horário de seu funcionamento, as contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos para exame e apreciação, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal.

Título X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 258 - A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 259 - Nos dias de sessão deverão estar hasteadas no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do país, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 260 - Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art. 261 - Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irreveláveis, contando-se o dia de seu começo e o de seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 262 - A data de vigência deste Regimento ficará prejudicados quaisquer projetos de Resolução em matéria regimental e revogados todos os procedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 263 - Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 264 - A organização e o funcionamento das audiências públicas promovidas pela Câmara serão disciplinados por Resolução própria.

Art. 265 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 012/2013

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de CLARO DOS POÇÕES

Sala da Sessões, 02 de dezembro de 2024

Pedro Paulo Vieira
Presidente

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES

ASSUNTO	ARTIGOS
Título I – DA CÂMARA MUNICIPAL	1º a 18º
Capítulo I – Das Funções da Câmara	1º a 6º
Capítulo II – Da Sede da Câmara	7º a 9º
Capítulo III – Da Instalação da Câmara	10 a 18
Título II – DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL	19 a 86
Capítulo I – Da Mesa da Câmara	19 a 44
Seção I – Da Formação da Mesa e de suas Modificações	19 a 31
Seção II – Da Competência da Mesa	32 a 37
Seção III – Das Atribuições Específica dos Membros da Mesa	38 a 44
Capítulo II – Do Plenário	45 a 46
Capítulo III – Das Comissões	47 a 86
Seção I – Da Finalidade das Comissões e de suas Finalidades	47 a 57
Seção II – Da Forma das Comissões e de suas Modificações	58 a 64
Seção III – Do Funcionamento das Comissões Permanentes	65 a 78
Seção IV – Da Competência das Comissões Permanentes	79 a 86
Título III – DOS VEREADORES	87 a 108
Capítulo I – Do Exercício da Liderança	87 a 90

Capítulo II – Da Interrupção e da Suspensão do Exercício da Vereança e da vagas	91 a 95
	96 a 98
	99 a 101
	102 a 108
	109 a 148
	109 a 114
	115 a 126
	115 a 125
	126
	127 a 135
	136 a 148
	149 a 174
	149 a 158
	159 a 171
	172 a 173
	174
	175 a 216
Capítulo I - Das Discussões	175 a 185
Capítulo II – Dos Procedimentos dos Debates e Votações	186 a 211
Seção I – Da Disciplina dos Debates	186 a 192
Seção II – Das Deliberações	193 a 208
Seção III – Do Veto	210 a 211
Capítulo III – Da Concessão da Palavra aos Cidadãos em Sessões e Comissões	212 a 216
Título VII – DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES	217 a 239
Capítulo I – Da Elaboração Legislativa Especial	217 a 224
Seção I – Do Orçamento	217 a 221
Seção II – Das Codificações	222 a 224
Capítulo II – Dos Procedimentos de Controle	225 a 239

Seção I – Do Julgamento das Contas	225 a 228
Seção II – Do Processo de Perda de Mandato	229 a 231
Seção III – Da Convocação dos Secretários Municipais	232 a 238
Seção IV – Do Processo Distritório	239
TÍTULO VIII – DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL	240 a 247
Capítulo I – Das Questões de Ordem e dos Procedimentos	240 a 244
Capítulo II – Da Divulgação do Regimento e de sua Reforma	245 a 247
TÍTULO IX – DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA	248 a 257
TÍTULO X – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	258 a 265